

O DESAFIO METODOLÓGICO DA ABORDAGEM INTERESCALAR NO ESTUDO DE CIDADES MÉDIAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO¹

Departamento de Geografia
Universidade Estadual Paulista
Pesquisadora do CNPq
mebsposito@prudenet.com.br

RESUMO

O conjunto de mudanças que marca o período atual impõe novos desafios ao pesquisador do ponto de vista da condução da pesquisa. Neste artigo, tratamos dos desafios que se nos apresentam para a adoção da abordagem interescalar no estudo das cidades médias, cujos papéis vêm se alterando, de modo profundo, à medida que as relações que se estabelecem entre elas e outros espaços urbanos não são apenas hierárquicas e podem alcançar a escala internacional. A articulação da produção e seleção de imagens sobre diferentes espaços intervêm no processo de condução da pesquisa, tanto quanto a experiência pessoal do pesquisador enriquece ou dificulta o processo de elaboração do pensamento.

PALAVRAS-CHAVE: Escalas geográficas. Abordagem interescalar. Cidades médias.

THE METHODOLOGICAL CHALLENGE OF INTERSCALE APPROACH IN THE STUDY OF MIDDLE SIZE CITIES IN THE CONTEMPORARY WORLD

ABSTRACT

The many changes that mark the present times bring new challenges to the researcher from the point of view of conducting the research. This article deals with the challenges researchers face to adopt the interscale approach in the study of middle-size cities, the role of which have been deeply changing as the relations between them and other urban spaces are not only hierarchical and may reach the international scale. The articulation of image production and selection on different spaces interfere in the process of

¹ Professora do Departamento de Geografia e pesquisadora do Grupo de pesquisa "Produção do espaço e redefinições regionais" (GAsPERR) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente, Brasil – mebsposito@prudenet.com.br.

research conduction as much as the researcher's personal experience either enriches or hinders the process of thought elaboration.

KEY-WORDS: Geographic scales. Interscale approach. Middle size cities.

Tem havido, nos estudos geográficos, preocupação com o tratamento da escala. Entretanto, a tradição tem sido muito mais a da consideração do espaço do que a do tratamento do tempo, apesar da importância do trabalho de alguns autores que desenvolvem pesquisas no âmbito da Geografia Histórica². Apesar da importância dessas iniciativas são esforços que se referem à compreensão do geográfico em outros tempos históricos, não havendo, sempre, preocupações da mesma natureza, nos estudos acerca do presente. Além disso, o domínio espacial da realidade tem sido mais considerado do ponto de vista da escala cartográfica do que da escala geográfica.

Assim, há o desafio de se avançar na abordagem de processos, dinâmicas e fenômenos de caráter geográfico, a partir da consideração do tempo e do espaço, de suas múltiplas articulações e da apreensão das escalas geográficas, que se configuram por meio dessas articulações.

Como pesquisadora voltada aos estudos urbanos relativos a cidades médias, entendidas como aquelas que desempenham papéis intermediários no âmbito das redes urbanas, temos nos deparado com esse desafio, continuamente, pois num período de grandes transformações como este em que vivemos, a ampliação das possibilidades de telecomunicações redefine os papéis das cidades médias e os fluxos que a partir delas e até elas se desenham estabelecidos com cidades próximas e distantes.

Essa perspectiva analítica apresenta questões de método, que são, também, metodológicas. Tal debate é o que apresentamos neste artigo.

A DEFINIÇÃO DO OBJETO E AS ESCALAS DE TEMPO E ESPAÇO

Do ponto de vista do encaminhamento da pesquisa, aqui entendida em seu sentido mais amplo – diálogo entre o teórico e o empírico – a definição do objeto requer, ao mesmo tempo, a clara delimitação de um recorte territorial e de um recorte temporal.

² No caso da Geografia Histórica que vem se desenvolvendo, no Brasil, destacam-se os trabalhos de Maurício de Almeida Abreu (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Pedro de Almeida Vasconcelos (Universidade Federal da Bahia).

Esse procedimento, aparentemente simples, é de extrema complexidade, já que ele pressupõe clareza do pesquisador quanto à problemática que move sua pesquisa, mas, sobretudo, quanto às possíveis determinações que a constituem e a redefinem continuamente.

Na maior parte das vezes, é dada a nós, apenas, a possibilidade de trabalhar com um conjunto de hipóteses e/ou possibilidades e em cima delas se definir esses recortes, quase sempre, redefinidos no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. Isso pode ser visto tanto no estudo dos problemas que levam ao assoreamento das nascentes de um curso d'água que corta uma área urbana, como na análise do processo de novas escolhas locacionais das empresas industriais, em função da flexibilização do sistema produtivo.

De qualquer forma, um nível escalar temporal e espacial define-se então, mas ele é, apenas, o ponto de partida. Assim visto, ele pode levar o nome de “período” (temporal), que se expressa por um intervalo de anos ou décadas, e pode ser expresso por meio de uma “área” (espacial), que se representa por meio de uma escala cartográfica.

A condução da pesquisa e, com ela e por meio dela, a elaboração do pensamento deve levar o pesquisador a estabelecer relações entre os recortes escolhidos, bem como ao desencadeamento de um diálogo de natureza intelectual, o que significa dizer que se trata de um diálogo que deve resultar, necessariamente, das articulações entre o teórico e o empírico, entre o pensado e o vivido.

Para isso, é necessário relacionar o período escolhido a outros tempos, tanto aqueles que o ensejaram, como aqueles que lhe poderão advir, afinal, o conhecimento sobre o passado e o presente deve sempre conter a possibilidade de se pensar o futuro e o novo e, dessa forma, pode e deve conter utopias.

Novamente, apresenta-se ao pesquisador, o desafio de estabelecer recortes para definir as escalas temporais, segundo as quais o período definido, para a análise da problemática em foco (processo, dinâmica, fenômenos etc), deve ser pensado em suas relações com os outros tempos. Tal procedimento pode, muitas vezes, ser confundido com o exaustivo trabalho de recuperar a gênese e toda a história de um processo, dinâmica, fenômeno ou fato estudado, o que, além de nos ser muitas vezes impossível, pode chegar a ser inútil e, ainda, dificultar a elaboração de um “sistema” explicativo para a problemática estudada, em função das dificuldades de se reconhecer quais as determinantes fundamentais para a compreensão do que se quer explicar.

Da mesma forma, essa preocupação deve ser contemplada no estabelecimento do necessário diálogo entre a escala territorial do estudo em curso, tomada como ponto de partida e como base para a própria definição do objeto da pesquisa, e as outras escalas, aquelas que interessam à compreensão do que se estuda, porque em seus domínios são tomadas decisões, a partir delas se realizam intervenções e se constituem determinações as quais têm rebatimentos diretos ou indiretos sobre a área estudada. Não é por outra razão que há, na Geografia, preocupação em inserir a área de estudo em seus quadros regionais, nacional e global.

Entretanto, ainda que necessária, essa inserção não é, em si, suficiente, para a compreensão das interações espaciais e das relações sociais, econômicas, políticas ou culturais que se estabelecem entre uma área e outras porções mais amplas ou mais reduzidas do território. Em primeiro lugar, quando se define a priori ou por princípio que o local cabe no regional, no nacional e no global, estamos, apenas, conduzindo a análise pelo estabelecimento de outros recortes territoriais e não necessariamente para a apreensão das relações que podem, com diferentes intensidades e pesos, haver entre esses níveis escalares.

Em segundo lugar, porque temos a tendência a pensar classificatória e hierarquicamente e, por isso, partimos do pressuposto de que o “menor” é definido pelo “maior”, quando, de fato, o oposto pode e freqüentemente ocorre em combinação com múltiplos outros movimentos e interações que se estabelecem entre diferentes níveis escalares. Essas interações podem se dar entre áreas de mesma dimensão, por exemplo, pertencentes ou não às mesmas redes urbanas, podendo, inclusive serem cidades de países diferentes e distantes entre si.

No que se refere especificamente às cidades médias, o estabelecimento desses recortes é, ainda, mais difícil. A análise dos papéis que essas cidades desempenham na divisão econômica e social do trabalho alteram-se, com maior rapidez, a partir de impulsos ou decisões que são tomadas em outras escalas mais abrangentes.

Além disso, conforme as formações socioespaciais em que se inserem essas cidades médias, no decorrer de suas histórias podem ter se alterado seus papéis, ou seja, desde suas gêneses elas podem ter pertencido a contextos regionais diversos, conforme as mudanças relativas aos papéis econômicos desempenhados por determinados territórios, em uma economia dependente no âmbito do capitalismo internacional, como é o caso da brasileira.

Sintetizando: não é suficiente ler o período estabelecido para a pesquisa, como evolução ou seqüência de outros períodos, definidos muitas

vezes por critérios que não são os mais relevantes para a análise em curso, bem como não é desejável que, apenas, vejamos a área estudada no âmbito de outras áreas mais amplas definidas, também, por critérios que nem sempre podemos ou estamos constantemente avaliando.

TEMPOS E ESPAÇOS ARTICULADOS, TEMPOS E ESPAÇOS SOCIAIS E NATURAIS

Se aceitarmos a idéia, sucintamente apresentada na secção um deste artigo, temos, pelos menos, dois novos desafios.

Sobre o primeiro novo desafio já fizemos referência: o que se apresenta ao intelectual como tarefa não é a inserção de um período na sucessão de tempos históricos ou de um território no conjunto organizado hierarquicamente de territórios mais amplos, mas a apreensão das relações entre um período e outros e entre um território e outros. Em outras palavras, é a articulação entre períodos, adequadamente recortada, que nos permite reconhecer tempos que sejam relevantes, do ponto de vista histórico e, portanto, teórico para a análise do período escolhido para o estudo.

Da mesma forma, é o reconhecimento inteligente dos recortes e, sobretudo, das articulações que se estabelecem entre diferentes áreas, o que assegura a apreensão de relações espaciais, o que é mais do que, apenas, relações entre diferentes níveis de recortes territoriais.

Desse ponto de vista, é preciso lembrar que em nenhum outro período da História foram tão amplas essas relações, ampliando a multiplicidade de papéis que, simultânea e contraditoriamente, cada lugar desempenha, no sentido da noção de espacialidades múltiplas, já apresentada por Jacques Lévy (1991, p. 118).

As cidades médias estavam, em etapas pretéritas do desenvolvimento do capitalismo, inseridas em redes urbanas hierarquicamente organizadas. Assim, as articulações espaciais que definiam seus papéis eram pensadas em relação às cidades grandes e à metrópole principal, num movimento a montante, e em relação às cidades pequenas, num movimento a jusante. No que se refere à definição das articulações temporais, o que se exigia do pesquisador era a recuperação das determinações que instituíam a cidade em estudo no âmbito da rede urbana hierarquicamente organizada.

Atualmente, o reconhecimento da inserção de uma cidade média no âmbito de uma rede urbana tornou-se extremamente mais complexo. No geral, ela continua a compor a estrutura da rede hierárquica na qual seus papéis intermediários se definiram, mas há um vasto conjunto de possibilidades de estabelecimento de relações com outras cidades e

espaços que não compõem, de fato, a rede a que pertence essa cidade. A mundialização da economia e o desenvolvimento das telecomunicações ampliaram muito os fluxos que uma cidade pode estabelecer com espaços distantes, e esses fluxos não se desenham, apenas, com cidades maiores ou menores, ao contrário, eles também se estabelecem entre cidades da mesma importância e entre essas e outras cidades constitutivas de outras redes urbanas.

Em outras palavras, ainda que se considere a manutenção, ainda forte, de relações e fluxos interurbanos de natureza hierárquica, é crescente a presença de relações do tipo complementares ou do tipo competitivas, entre cidades de mesmo nível ou de níveis diferentes no âmbito da mesma rede urbana ou entre redes urbanas diferentes, superando-se a tradição de organização piramidal das redes urbanas que vigiu até recentemente e que foi fundamental para o sistema fordista de produção.

A reestruturação produtiva que vem promovendo a substituição desse sistema pelo sistema de produção flexível, exige a redefinição dos papéis das cidades médias, promovendo oportunidades econômicas para essas cidades de desempenharem papéis industriais ou comerciais e de serviços que estiveram, durante grande parte dos séculos XIX e XX, restritos às metrópoles e cidades grandes, e, simultaneamente, têm trazido para essas cidades, tanto como para outras, maior instabilidade no que se refere à definição de seus papéis na divisão econômica do trabalho, que pressupõe uma divisão territorial do trabalho.

O segundo desafio é articular essas duas dimensões – tempo e espaço, ser e estar – de nossa existência natural e social.

Essa é, ou ao menos deveria ser, uma preocupação de todos os intelectuais que lidam com a elaboração do conhecimento científico, já que aqui não estamos nos referindo, apenas, ao espaço geográfico e ao tempo histórico, mas a espaço e tempo, como categorias filosóficas (e não como conceitos) que interessam a diferentes campos do conhecimento (da Física à Geografia, da Química à História).

Essa preocupação ganha dimensões ainda maiores, no âmbito de um campo científico como o da Geografia, pois não bastassem os desafios já destacados, temos que lidar com dois níveis muito diferentes entre si de tempo e espaço – o da natureza e o da sociedade, o que deve ser notado e requer cuidados quanto ao domínio de procedimentos metodológicos, capazes de considerar, o que não quer dizer compatibilizar, essas duas dimensões.

Desse ponto de vista, não estamos falando apenas de pedaços de tempo e de território que são da escala da sociedade (os anos, as décadas,

os séculos, o bairro, a cidade, o bloco supranacional), mas também das escalas em que as dinâmicas da natureza se constituem e se desenvolvem (os períodos, as eras geológicas, o planeta Terra, o sistema solar). Mais que isso, estamos nos referindo ao embricamento articulado, mas conflituoso, entre essas dimensões e escalas tão distintas entre si.

No caso de cidades não metropolitanas, como é o caso das cidades médias, essa preocupação ainda não assume dimensões tão grandes, pois, nas maiores cidades, os problemas decorrentes da dificuldade de se pensar ao mesmo tempo as escalas geológicas e as histórico-geográficas aparecem com muito maior evidência.

Mesmo assim, apesar das preocupações crescentes com os problemas ambientais e com a definição de políticas urbanas que consideram a cidade como ambiente que é, ao mesmo tempo, natural e social, muito ainda há que se fazer.

No caso das cidades médias brasileiras, pouco se realizou até o momento, no sentido de se preservar seus patrimônios naturais e de se pensar um projeto urbano que não tenha como princípio filosófico a adaptação da natureza à cidade.

No geral, o que se observa é a tendência à idealização e proposição de políticas urbanas orientadas pelos primados da associação entre urbanização e modernização, e da oposição entre cidade e natureza. A partir dessa perspectiva, as intervenções urbanas são mais freqüentes na direção, por exemplo, de retificar ou encobrir cursos d'água do que de proteger seus espaços naturais, que compreendem seu leito e sua bacia de inundação, ao se definirem planos urbanos ou políticas de investimentos de recursos públicos para saneamento urbano.

Essa tendência está presente no Brasil, em cidades de diferentes portes e importâncias, mas é acentuada nas cidades médias pela força da associação entre desenvolvimento e metropolização, entre crescimento urbano e econômico, relações essas que orientam e legitimam, no plano político-ideológico, quaisquer tipos de intervenções urbanas que promovam "crescimento", mesmo que alterando processos e dinâmicas da natureza ou desrespeitando o princípio da manutenção do patrimônio natural como legado para as gerações futuras. Essa postura reflete desconhecimento das diferenças entre o tempo da natureza e o da sociedade, e entre as escalas dos eventos naturais e aquela dos sociais e, sobretudo, expressam a não consideração das relações entre essas escalas temporais e espaciais.

Sintetizando: reconhecer uma escala geográfica não seria apenas avaliar o resultado das articulações entre diferentes recortes territoriais, mas a forma como o tempo incide sobre diferentes territórios, oferecendo

condições para o estabelecimento de relações de diferentes tipos – naturais, econômicas, políticas, sociais, culturais..., que se refletem no espaço e nele se apóiam e que são, de fato, interações espaço-temporais.

Esse entrelaçamento tem base na forma como o tempo resulta da combinação contraditória entre os ritmos diferentes das dinâmicas naturais ou dos acontecimentos sociais, em cada território, ou seja, da combinação entre as determinações, ações e decisões que levam às mudanças e às inércias ou resistências que expressam as permanências.

ARTICULAÇÃO ENTRE ESCALAS, PRODUÇÃO E SELEÇÃO DE IMAGENS E INFORMAÇÕES

As relações entre as escalas temporais e espaciais, históricas e geográficas, também podem ser estudadas do ponto de vista das imagens que elaboramos sobre nossas experiências, sobre o que selecionamos para guardar na memória e nela buscar para nossas decisões e ações.

Desse ponto de vista, as práticas socioespaciais de todos os agentes – indivíduos, governos, empresas, partidos, entidades etc – estão sendo continuamente redefinidas pelas imagens que elaboramos e pelas imagens elaboradas por outrem, que apreendemos em seus discursos e em suas manifestações de toda ordem.

As imagens que temos do tempo e do espaço são, em grande parte, formadas pela nossa experiência, mas também por meio das experiências daqueles com quem convivemos, da Geografia e da História que se aprende na escola, da elaboração que o jornalismo faz acerca do mundo, do discurso político que se constrói acerca do espaço e do tempo, da literatura e de toda sorte de arte à qual temos a oportunidade de ter acesso, contemplar e/ou experimentar.

Assim, o que pensamos sobre espaço e tempo ao resultar de múltiplos níveis de determinação, objetivos e subjetivos, empíricos e abstratos, resulta também numa forma de conduzir, por meio da pesquisa, a elaboração do pensamento e de definir nesse percurso, como vamos articular as diferentes escalas temporais e espaciais.

Esse processo tornou-se extremamente mais complexo no mundo contemporâneo, na medida em que as imagens elaboradas por nós acerca do tempo e do espaço são, cada vez mais, também determinadas por experiências, fatos, dinâmicas, muitos deles eventos (na concepção dada a este termo por Milton Santos) não vividos por nós, mas aos quais se tem acesso não apenas por relatos orais e textos, como em tempos pretéritos,

mas por meio de imagens que nos trazem o distante (fotos, filmes) e grande parte delas recebidas on-line (pela TV ou pela internet).

Dessa perspectiva, pode-se dizer que apreendemos as experiências dos outros de uma forma muito mais freqüente, ainda que nem sempre mais densa, comparativamente, ao modo como essa apreensão se realizava anteriormente; por isso a relação entre o vivido e concebido se redefine nesse movimento.

Por outro lado, temos que admitir que mais filtros se interpõem entre o pesquisador e o pesquisado, já que as informações e as imagens às quais temos acesso sobre o espaço e o tempo (que não são, apenas, o espaço e o tempo da nossa própria experiência) não são todas as imagens e todas as informações. Elas são selecionadas por quem nos informa e são, também, selecionadas por nós que escolhemos os meios, sobretudo midiáticos, que queremos acessar e a freqüência com que os acessamos.

Essa seleção é, por sua vez, muito relativa. O marketing, por exemplo, desenvolve estratégias que levam à imposição da difusão daquilo que se quer divulgar. Na cidade, não podemos escolher não ver os *out-doors*. Nos espaços públicos, não podemos não ouvir os sons que nos acometem e por meio dos quais as informações nos chegam.

Se aceitarmos esse fato como significativo, temos que admitir que o pesquisador tem, diante de si, uma tarefa muito mais árdua e que exige maior capacidade de discernimento e astúcia na condução da pesquisa e, por conseguinte, na definição das escalas de tomada dos dados (recorte territorial e período do estudo), das escalas que enfeixam o conjunto das determinações sobre o que se estuda e na articulação entre elas para a elaboração do pensamento ou da explicação sobre a problemática que move a investigação.

Nesse sentido, o empírico tem novo conteúdo conceitual, porque ele não é mais como era há cem ou cinquenta anos: o resultado do contato que o pesquisador tem com o pesquisado, porque dele fazem parte, também, as imagens e informações levantadas e tabuladas por outros, às quais temos acesso e com as quais nos relacionamos.

No caso das pesquisas sobre as cidades médias, essa questão também se apresenta como relevante. Ampliam-se as relações entre elas e espaços distantes, pois, como já ressaltamos, a cidade média não pode mais ser analisada, apenas, no contexto de seu espaço de influência – uma região – e nas suas relações com as cidades hierarquicamente superiores. Com a combinação entre sistemas de comunicação por satélite e sistemas de informatização por computação, negócios são realizados a longas

distâncias, ampliando a escala e a abrangência das relações das cidades médias com outros espaços.

Altera-se, assim, o perfil dessas cidades de desempenharem, apenas, papéis intermediários ou de ligação entre as cidades maiores e menores, já que vêm progressivamente participando de uma divisão territorial do trabalho que atinge a escala internacional: realizando negócios com empresas que estão sediadas em outros países, são selecionadas por conglomerados transnacionais para sediar unidades de produção industrial de suas empresas e, ainda, são parte das escolhas locais dos agentes econômicos que, atuando, em escala nacional ou supranacional, têm como meta a ampliação do consumo de bens e serviços cada vez mais sofisticados.

Ao pesquisador cabe, nesse novo contexto, trabalhar com dados e informações sobre cidades com as quais a(s) cidade(s) média(s), objeto de sua investigação científica mantém relações. Muitas vezes, são cidades distantes, que ele não conhece ou conhece eventualmente, e com as quais não irá manter, durante o desenvolvimento da pesquisa nenhuma experiência empírica que possa relativizar, se não anular, os impactos negativos resultantes dos filtros que selecionam as informações e as imagens a partir das quais elaboramos nosso construto sobre uma dada realidade.

Sintetizando o que apresentamos nesta seção do artigo, podemos afirmar que, nesse quadro de determinações, em que há ampliação dos meios de comunicação e da difusão das informações, são também maiores os desafios que se apresentam ao pesquisador.

Se, de um lado, ampliam-se as possibilidades dele de ter acesso a dados de todo tipo, por outro lado, são maiores os perigos de imprecisão ou de elaboração de explicações demasiadamente parciais sobre um dado conjunto de relações que uma cidade média estabelece com espaços distantes dela e de sua região de influência direta, porque as imagens e informações que se elaboram sobre os espaços de todo tipo estão impregnadas de imagens e são difundidas segundo filtros que não são propriamente de caráter científico.

AS ESCALAS ESPACIAIS E TEMPORAIS DA EXPERIÊNCIA DO PESQUISADOR

A noção e consciência sobre o pertencimento a um território ou a alguns territórios, aos quais se associam nossas experiências de vida, bem como conhecer um período do tempo ou mais que isso, viver ou não, no

decorrer de nossas vidas, os períodos densos em que as transformações acontecem de forma profunda, e em larga escala, são também elementos a serem considerados. Essa problemática se relaciona àquela apresentada na secção anterior e levanta novas dimensões da mesma questão.

As ações do pesquisador são, por isso, determinadas pelas relações que se estabelecem, em sua experiência e em seu pensamento, entre a ordem próxima e a ordem distante. Numa avaliação rápida, poderia se supor que o acesso a mais informações e a possibilidade de apreender outros níveis escalares, por meio das imagens que recebemos de outros espaços e tempos, redundaria em diminuição da necessidade do pesquisador se deslocar espacialmente (já que ainda não podemos nos deslocar temporalmente), quando, de fato, parece-nos que agora a prática é mais necessária do que nunca e não, apenas, porque somos geógrafos.

Em primeiro lugar, porque sabemos que se ampliam os níveis de determinação do global sobre o nacional, o regional e o local e por isso, é cada vez mais significativo, conhecer como essas múltiplas determinações incidem em cada contexto geográfico e histórico, não importando aqui a escala que tenhamos tomado como ponto de partida (área e período de estudo).

Em segundo lugar, porque se elaboram, cada vez mais, fábulas³ acerca do espaço e do tempo e ao pesquisador cabe, literalmente, ir ao campo, no sentido tradicional dessa expressão entre os geógrafos. Assim, a definição dos níveis escalares para a abordagem dos fenômenos geográficos passa pela necessidade de relativização do grande número de informações e imagens que recebemos sobre os lugares, estabelecendo com os espaços estudados relações não intermediadas por outrem.

Assim, o tempo que ficamos ou não em nossas áreas de estudos, nosso tempo de vida mais denso ou não⁴ são fundamentais para a necessária distinção entre o pesquisado e o pesquisador. Essa afirmação tem como base a constatação de que a mudança e ampliação do ponto de vista do pesquisador sobre o pesquisado, o que é fundamental para a qualidade do pensamento que se elabora, tem relação direta com sua possibilidade de viver experiências em diferentes lugares e ao longo de um tempo, já que esse aspecto incide diretamente sobre as relações entre presença e ausência, entre nós e os outros, sobre o que se pensa como

³ Tomamos aqui a metáfora utilizada por Milton Santos (2000) para conceituar uma das dimensões da globalização.

⁴ Esse aspecto tem relação com o maior tempo de vida do pesquisador, mas não resulta apenas deste tempo porque depende da natureza e intensidade de suas experiências e reflexões acerca do mundo.

igual e o que se quer definir como desigual, o que é parecido e o que é diferente, e seus rebatimentos sobre o que se pesquisa e como se selecionam e articulam escalas para compreender as problemáticas que nos movem.

Nessa perspectiva, os conceitos de acontecer homólogo, acontecer complementar e acontecer hierárquico, todos propostos por Milton Santos (1996, p. 132 e outras), podem ser muito úteis na definição dos níveis escalares com os quais se quer trabalhar.

Em outras palavras, podemos afirmar que há a espacialidade e a temporalidade dos acontecimentos e problemáticas em estudo e a espacialidade e temporalidade do pesquisador. Esse ponto parece banal, porque isso foi igualmente importante no século II a.C. ou no século XVII d.C. Entretanto, lembremo-nos que a espacialidade e a temporalidade dos acontecimentos têm relação com o vivido e desse ponto de vista a territorialidade (na acepção do vivido) não é mais apenas a da contigüidade territorial, mas também se pode falar hoje de uma territorialidade sem contigüidade para os que podem rapidamente se deslocar⁵.

Veltz (1995) faz referência, em outro contexto analítico, à importância maior, no mundo atual, da proximidade organizacional e informacional, em detrimento das vantagens da proximidade física. Poder-se-ia afirmar que isso vale para a pesquisa e para o pesquisador, desde que tenhamos o cuidado de não nos deslumbrarmos com o potencial que nos oferecem as novas formas de captação e difusão de informações e imagens e tenhamos, em mente, a importância da proximidade física para o conhecimento da realidade e para a definição dos níveis escalares com os quais devemos trabalhar para desvendar nossas problemáticas.

Desse ponto de vista, no que se refere ao estudo das cidades médias, a articulação entre escalas diferentes para a compreensão das relações e ações que definem os papéis dessas cidades, deverá considerar, e sobre isso há consenso, a influência das escalas mais abrangentes, de nível nacional e internacional, uma vez que há, progressivamente, influência do global sobre o local, num período de mundialização crescente.

Torna-se, ainda, fundamental ao pesquisador, conhecer os interesses dos agentes econômicos, a natureza dos comandos definidos por eles, que incidem no movimento contínuo de redefinição das cidades médias,

⁵ Jacques Lévy faz referência à territorialidade sem contigüidade (1991, p. 1140), bem como Rogério Haesbaert tem essa preocupação teórica, ao estudar os movimentos migratórios no mundo contemporâneo.

avaliando por meio da análise das articulações entre escalas, as interferências da ordem distante sobre a ordem próxima.

Por outro lado, isso não nos parece suficiente, porque, dialeticamente, o local também influencia o nacional e o global. Atores não hegemônicos redefinem seus papéis e suas estratégias, aceitam ou rejeitam, sempre em termos relativos, as ordens dos atores hegemônicos, estabelecem relações entre eles e promovem novas alianças que compõem o movimento geral, mas negam, ao mesmo tempo, a realização completa e inequívoca do global sobre o local.

É desse ponto de vista que, ao pesquisador sobre cidades médias (assim como aqueles que pesquisam outros espaços), impõe-se, como necessário, o contato direto com agentes que não comandam o movimento geral de reestruturação econômica (que é também e sempre uma reestruturação política e cultural), mas que fazem parte desse movimento.

As entrevistas parecem-nos, aqui, um instrumento metodológico valioso, pois compreender um movimento acelerado e complexo de redefinições de papéis urbanos, requer dar voz e interpretar os discursos, que elaboram sobre si e sobre as dinâmicas em curso, os atores que, em diferentes cidades médias, vêem-se obrigados a dialogar e interagir com as influências crescentes advindas de escalas espaciais mais abrangentes. Eles reagem estabelecendo novas alianças, ampliando a rede de relações em que se inserem, aumentando, por meio dessas iniciativas relações complementares entre cidades de diferentes portes no âmbito da rede urbana a que pertencem ou a outras redes urbanas.

Em outras palavras, esse movimento a ser desenhado pelo pesquisador, do ponto de vista do método e dos instrumentos da pesquisa, marcado pela relação entre o distante e o próximo, entre o teórico e o empírico, requer a superação, sobretudo no caso das cidades médias, da tradição geográfica de separação entre os estudos da rede e os estudos do espaço interno das cidades, bem como entre processos e formas espaciais urbanos.

Sintetizando essa parte do texto, reafirmamos o papel central do pesquisador, agora sob a perspectiva das relações que deverá estabelecer entre o teórico e o empírico, num período de ampliação das escalas espaciais e temporais dos processos e dinâmicas que incidem sobre seu objeto de pesquisa. A valorização do empírico, no sentido do contato direto com espaços urbanos e atores de diferentes tipos, torna-se necessária, mesmo num período em que são maiores as oportunidades de se obter informações e se receber imagens à distância.

PREOCUPAÇÕES CENTRAIS E ADVERTÊNCIAS

Para concluir, poderíamos afirmar que é fundamental se reafirmar a preocupação com a distinção entre a escala cartográfica e a geográfica, entre o tempo do calendário e o tempo histórico.

Para se apreender os fatos na escala cartográfica e no tempo de calendário, selecionamos a extensão dos fatos e dos acontecimentos, o tamanho e a duração deles, para o que é fundamental definir “limites”. Assim, tratamos de formas na Geografia e de sucessões na História.

Para se elaborar explicações sobre os fatos precisamos das formas e das sucessões, mas precisamos também dos fluxos e dos ritmos que só a boa definição de níveis de escalas espaciais e temporais e de suas articulações nos oferecem.

Portanto, à Geografia e à História não caberia apenas o reconhecimento das formas e da sucessão dos acontecimentos, mas dos **processos**, ou seja, a apreensão das relações entre o que está fixo e o que está em movimento, no tempo e no espaço, em cada momento, em cada lugar, sempre e transitoriamente.

No caso específico dos estudos sobre cidades médias, com os quais temos nos envolvido, tomando como referência o Estado de São Paulo, no Brasil, os pontos destacados neste artigo podem ter importância para o estabelecimento de um diálogo com outros pesquisadores que se voltam aos estudos urbanos, no Brasil ou em outros países, sobre cidades médias ou sobre outras cidades, tanto para se encontrar pontos que poderiam ser tomados como universais para esses investigadores, como aqueles que resultam de singularidades relativas aos papéis que desempenham cidades segundo seus portes e importâncias e, ainda, de acordo com as formações socioespaciais em que elas se inserem e que as constituíram.

REFERÊNCIAS

LÉVY, Jacques. A-t-on encore (vraiment?) besoin du territoire. *Espaces temps*, Paris, n. 51-52, p. 102-142, 1991.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2000.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Geography, difference and the politics of scale. In: DOHERTY, Joe et al. *Post modernism and the social science*. London: Macmillan, 1992. p. 57-79.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. (Org.) *Novos estudos de Geografia Urbana Brasileira*. Salvador: UFBA, 1999. p. 191-201.

VELTZ, Pierre. À quoi ser la proximité dans l'économie? In: SAVY, Michel e VELTZ, Pierre. *Économie globale et réinventions du local*. Paris: Éditions de l'Aube, 1995. p. 107-117.

_____. Tempos de economia, tempos da cidade: as dinâmicas. In: ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades*. Rio de Janeiro: D, P & A, 2001. p. 139-154.

Recebido em 05/07/2006

Aceito em 19/09/2006